

# Especial SUPLEMENTO

Parte integrante do Jornal A Semana • Sexta-feira, 2 de Julho de 2004

## O espírito da independência

Cabo Verde assinala na próxima segunda-feira, os 29 anos da sua independência nacional. Apesar das nossas muitas dificuldades, este ano o país tem razões de sobra para celebrar o dia em que decidiu assumir o seu destino, juntando-se à comunidade das nações livres. De país menos avançado, Cabo Verde está em vias de passar a integrar a lista dos países de desenvolvimento médio. A isso se junta uma outra notícia não menos importante, a inclusão deste arquipélago no rol dos 16 países com direito a poder aceder aos fundos do Millenium Challenge Account. Se isto tudo representa um coroar do trabalho dos cabo-verdianos nestes quase 30 anos de independência, é também um redobrar de responsabilidades.

No país e na diáspora o nosso 5 de Julho será, uma vez mais, evocado como um momento de união e glória dos cabo-verdianos. **A Semana** procura, modestamente, abordar neste suplemento alguns temas que têm a ver com o passado, o presente e o futuro da nação cabo-verdiana, particularmente esse grande desafio que é o MCA. Mas, como nem tudo são rosas, também damos conta da desventura crioula em terras de São Tomé e Príncipe e Moçambique. Como mostra, por exemplo, a crónica "**Lar doce lar**" na página 7, não é preciso muito dinheiro para melhorar a vida dos nossos patrícios no país de Samora e Craveirinha. Mas também aqui fica claro que Cabo Verde precisa encontrar uma forma de tirar melhor proveito da sua diáspora. Outras nações "diasporizadas" como nós - Israel, por exemplo - fizeram-no e têm sido bem sucedidas.

À beira de completar 30 anos, a República de Cabo Verde apresenta-se hoje como uma nação madura em busca contínua do seu desenvolvimento económico e social, preservando e continuando deste modo o espírito que ditou a proclamação do Estado cabo-verdiano a 5 de Julho de 1975. Portanto, razões de sobra para comemorar. E é assim que na Cidade da Praia, capital do país, a data será oficialmente assinalada, no período da manhã, por uma sessão solene na Assembleia Nacional. E na sua mensagem à Nação o chefe de Estado, Pedro Pires, não deixará, de se referir às razões que levaram Cabo Verde à independência e de conclamar os cabo-verdianos para os desafios que têm de enfrentar na presente fase da sua vida.

Tirando a cerimónia oficial, e salvo uma ou outra excepção, o 29º aniversário da independência nacional deverá, no entanto, passar

quase que despercebido. Apenas em São Vicente a Câmara Municipal agendou um vasto programa cultural e desportivo, que vem sendo cumprido há vários dias, enquanto na Praia está prevista a inauguração de um arruamento na localidade de Calabaceira, fora outras actividades da responsabilidade da CMP. No Fogo, mais concretamente em São Filipe, a Associação de Hipismo chamou a si a responsabilidade de celebrar a data e agendou uma corrida com cavalos provenientes de Santiago, São Vicente, Boa Vista, São Nicolau e, é claro, da ilha do Vulcão, que servirá para marcar também o início das actividades dessa agremiação.

Mas é em São Vicente, curiosamente, que o 5 de Julho se apresenta este ano com uma programação a fugir da rotina, que vai do ciclismo ao tradicional baile popular na Rua de Lisboa, a cargo do grupo guineense Tabanka Jazz. Pelo meio constam também uma exposição de pintura de Misá, no Centro Cultural do Mindelo, e o lançamento do mais recente romance de Leopoldina Barreto, "**As vítimas do Amor Impossível**".

### DIÁSPORA

Da diáspora, mais concretamente de Angola, há a notícia de que este ano o 5 de Julho será assinalado com festa rija, quebrando assim o "**jejum**" de anos. A iniciativa é possível graças a um "**djuntamon**" entre a Associação Cabo-Verdiana em Angola e a Associação dos Amigos de Angola em Cabo Verde, Amangol, que conta para o efeito com o apoio do Instituto das Comunidades e outras entidades dos dois países.

Em antecipação à data, que este ano calha numa segunda-feira, está prevista para domingo, em Luanda, no centro cultural e recreativo Kilamba Kiaxi, um convívio cultural, a ser animado por artistas cabo-verdianos ou ligados à nossa comunidade, reforçados pelo trovador Kaká Barbosa, ido de Cabo Verde. Antes, o grupo Chicala, formado por músicos cabo-verdianos e angolanos, entre eles Maiúka Marta e Pedro Rodrigues, vão também animar a noite de sexta-feira num espaço cultural, na ilha de Luanda, em homenagem ao 5 de Julho.

Ainda no âmbito das festividades da independência de Cabo Verde em Angola, está agendado para amanhã, sábado, o lançamento do livro "**Os Bastidores da Independência**", de José Vicente Lopes, que, para o efeito, estará em Luanda a convite da Amangol. Esta far-se-á representar pelo seu dirigente António Pedro Duarte, deputado do PAICV pelo círculo África.

Nos EUA, país onde a independência de Cabo Verde é tradicionalmente assinalada com fervor pela nossa comunidade, quanto mais não seja pela proximidade com o 4 de Julho, dia da independência americana, este ano não deve fogir à regra, sobretudo em Boston e Providence. Os cantores Zeca de nha Reinalda e Maria de Barros estão lá para ajudar a abrilhantar a comemoração.



MILLENIUM CHALLENGE

# A grande oportunidade

Quase 30 anos depois de se ter tornado independente, Cabo Verde pode estar em vias de viver uma nova “hora grande”, caso conseguir aceder aos fundos do Millenium Challenge Account, programa criado pelos EUA para ajudar o desenvolvimento de 16 países. Visto como a grande oportunidade que faltava para o país nascido a 5 de Julho de 1975 dar o salto da sua vida, resta saber se os cabo-verdianos, do político ao simples cidadão, do sector público ao privado, estão à altura do desafio.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES

O Conselho de Ministros deve analisar dentro de poucos dias, provavelmente na próxima semana, o primeiro ‘draft’ daquilo que deverá ser o programa de Cabo Verde junto ao Millenium Challenge Account, iniciativa americana destinada a ajudar o desenvolvimento de 16 países de África, América Latina, Europa, etc.

A *Semana* apurou que o trabalho realizado pela “task force” coordenada pelo embaixador José Brito já está concluído, conforme o previsto pelo calendário estabelecido pelo governo, tendo o relatório e as conclusões sido enviados já para a Cidade da Praia. Da análise do CM deve resultar o documento final com os pedidos formais de financiamento que o Estado cabo-verdiano pretende obter da entidade que gere os fundos dos desafios do milénio, o Millenium Challenge Corporation (MCC).

O programa cabo-verdiano apresenta três vertentes: capacitação social e redução da pobreza; crescimento e competitividade da economia cabo-verdiana; e desenvolvimento do capital humano. Nesses três eixos, mais concretamente na vertente capacitação social e redução da pobreza, estão contemplados programas ou subprogramas que se prendem com a infra-estruturação do país, electrificação do meio rural, captação e retenção de água, de modo a modernizar a agricultura, fora outros aspectos que se prendem directamente com a redução da pobreza.

A nível do desenvolvimento do capital humano, a Cidade da Praia deve apostar, sobretudo, na formação profissional pós-secundária, através do aproveitamento das infra-estruturas já existentes nesta área. Casos do Isecmar, INAG e escolas técnicas, não estando de fora a Universidade de Cabo Verde.

E vertente do crescimento e competitividade, pretende-se apostar no desenvolvimento do sector privado e promoção das exportações. O desenvolvimento do sector turístico é outro domínio que aparece em destaque.

De um modo geral, nesta primeira abordagem do MCA, Cabo Verde estima em 120 milhões de dólares o financiamento do seu programa. Para a prossecução dos seus objectivos, uma das medidas preconizadas passa pela criação de um fundo destinado à infra-estruturação. Na posse do documento, o Conselho de Ministros deverá proceder à devida avaliação e triagem, de modo a fechar o programa final que será enviado ao MCC.

## EXPECTATIVAS E TEMORES

Sabendo que o ano orçamental nos EUA termina em Setembro e que neste primeiro ano do MCA estão disponíveis um bilião



de dólares, cada um dos 16 países seleccionados tudo deve fazer para assegurar a sua parte desse bolo. As expectativas de Cabo Verde são mais que muitas, ainda que não falem alguns temores pelo meio, conforme o constatado por *A Semana* junto de certos sectores durante a realização desta reportagem.

Com efeito, dos políticos aos operadores privados, passando por analistas e quadros superiores, todos concordam que a inclusão de Cabo Verde no grupo dos 16 contemplados pelo MCA pode ser uma grande oportunidade para estas ilhas. Ainda assim, há quem ache também que, mesmo que este arquipélago venha a ter acesso aos referidos fundos, isto estará ainda longe de significar a resolução definitiva dos muitos problemas estruturais que o país apresenta.

Isto porque os estrangulamentos existentes tanto a nível do sector privado, como da administração pública e da própria sociedade cabo-verdiana, podem, inclusive, no entender das referidas fontes, atrapalhar o desempenho do país na segunda fase desta corrida ao ouro, que é o MCA. Daí haver quem aconselhe muito cuidado, mas também muita ambição, nomeadamente, na hora da formulação de projectos para o referido programa.

Luís Miguel Vasconcelos Lopes, presidente da Associação Comercial de Barlavento, em vias de deixar esta função, aconselha o país a gerir as suas expectativas com racionalidade, para não passar rapidamente da euforia à depressão. “O MCA é, sem dúvida, uma grande oportunidade que irá depender da nossa capacidade de estar à altura das expectativas criadas por esse programa”, afirma.

Para um intelectual, que prefere anonimato, o MCA é um grande desafio para Cabo Verde “passar de discussões retóricas à capacidade de fazer projectos concretizáveis. Às vezes, na nossa administração, as pessoas querem dinheiro e fazem projectos para conseguí-lo; com o MCA é o contrário, além de constituir um teste à nossa capacidade de, em pouco tempo, conseguirmos projectos que sejam realistas e, ainda por cima, elaborados num tempo recorde”.

Para Óscar Santos, presidente da Associação dos Econo-

mistas Cabo-Verdianos, mais que uma “grande oportunidade”, o MCA deve ser visto como um “momento de consenso” do que se pretende e se pode fazer para Cabo Verde dar o grande salto que ainda lhe falta dar para assegurar o seu desenvolvimento.

E, para isso, aponta dois ou três sectores estratégicos - o turismo, os serviços ‘off shore’ e os transportes aéreos e marítimos - para operacionalizar esse salto. “Se são sectores que produzem mais riqueza, deve ser neles que devemos investir”, sugere como caminho a seguir. “Isto tendo em conta que a ideia do MCA é, através do crescimento e da competitividade, acabar com a pobreza. Não nos podemos esquecer que um país sem riqueza, como Cabo Verde, não consegue acabar com a pobreza por si só”.

Santos adverte, porém, que não vale a pena perder mais tempo com diagnósticos, nem com fóruns ou ateliers em busca de soluções já descobertas para os eternos problemas do país, o que não significa, ressalva também, que os problemas não devam ser discutidos, nomeadamente, por gente que entenda realmente do assunto. “Há dois ou três anos que andamos a falar em transformar Cabo Verde, com risco disso acabar em mais uma letra morta”.

E explica: “Nos finais dos anos 80, adoptou-se como princípio a extroversão da economia, nos anos 90 passou-se a falar da inserção dinâmica de Cabo Verde no mercado internacional e agora em transformação. No fundo, andamos de conceito em conceito sem resultados concretos, porque não há uma verdadeira partilha de ideias entre nós. São sempre os mesmos a discutirem, sempre, os mesmos problemas”.

Embora entenda que se está, uma vez mais, a cometer o mesmo tipo de erro, Óscar Santos defende que a discussão em torno do programa cabo-verdiano para o MCA devia constituir-se “num documento de futuro” para o desenvolvimento de Cabo Verde. Enfim, algo com abrangência tal que ultrapasse as fronteiras das forças políticas que lutam pelo controlo do país.

“Mas, para isso, é necessária a participação de especi-



# idade de Cabo Verde

alistas a sério e não uma 'short list' de conveniências", adverte aquele economista. "Precisamos sentar e trabalhar a sério, nem que para isso seja necessário pagar a especialistas, inclusive, estrangeiros. Precisamos também mobilizar os recursos humanos que temos na emigração, gente com experiência, com uma outra visão da vida e do desenvolvimento, que nos pode ser útil. Até porque, basicamente, temos ideias; falta-nos, sim, um plano integrado, um 'linkage' entre os vários sectores considerados fundamentais para arrancar definitivamente com o desenvolvimento do país".

Independentemente de o MCA ser ou não a panaceia dos males de Cabo Verde, o presidente da AEC tem uma certeza:

bem situado, no que se refere à qualidade o panorama muda de figura, diz aquele quadro. "Um estudo da Price Waterhouse, feito há uns anos atrás, aponta para um fraco domínio de línguas estrangeiras por parte dos nossos alunos e quadros. Sem o domínio do inglês e do francês, só para citar estas duas línguas, não vamos longe".

E, para não falhar nos objectivos do MCA, o entrevistado de A Semana deixa ainda esta outra dica: "Cabo Verde tem de ser ambicioso, mas para isso o nosso programa tem de ser solidamente sustentado". Até porque, à partida, sendo um país pequeno, Óscar Santos considera que Cabo Verde "tem condições que outros países não têm", e por isso o MCA está ao alcance dos cabo-verdianos.

Também Elisabeth Coutinho, directora do Gabinete de Estudos do Ministério da Educação em vias de deixar essa função, tem dúvidas se a abordagem cabo-verdiana do fenómeno MCA é a melhor. "Ainda estamos naquela de pedir que as pessoas se encontrem, discutam, na base da boa vontade. Acho que devíamos ser mais profissionais".

Um outro receio desta cidadã, que concedeu estas declarações antes de solicitar o fim da sua comissão de serviço no Ministério da Educação, é este: "Entre nós, pouca gente domina o espírito americano de fazer as coisas. Pergunte-se a uma assembleia quais são os dois ou três constrangimentos que Cabo Verde precisa ultrapassar para dar a volta ao subdesenvolvimento, cada um aponta uma série de prioridades, que, a páginas tantas, em vez de duas ou três, temos 500 prioridades, porque queremos fazer tudo ao mesmo tempo".

## ESTADO "VERSUS" PRIVADO

Romeu Modesto, presidente do INAG, defende também uma abordagem profissional do MCA. "Com essa mania de democratizar tudo, com muito floreado pelo meio, corremos o risco de ficar apenas pela conversa", afirma, ao mesmo tempo que chama a atenção para o carácter transitório do MCA. "O MCA é um apoio, de dois ou três anos, para cada país ganhar um grande fôlego, e depois andar com os próprios pés. Ou seja, não resolve nada se não formos capazes de aguentar nas canelas".

Modesto subscreve a posição daqueles que defendem que se devia eleger uma grande área como a aposta de Cabo Verde, em vez de dispersar em três ou quatro sectores. O presidente do INAG teme igualmente um afunilamento do MCA na administração pública, com os riscos daí advenientes. "Como está, em termos de eficiência, a nossa administração pública é complicada".

Aliás, na opinião daquele responsável, este é um problema muito mais vasto, que passa pela tão falada reforma do Estado. "Desde 1975 que estamos a fazer a reforma do Estado e as coisas não andam. Continuamos a ter uma função pública muito virada para o seu umbigo, gastadora e pouco produtiva".

Se este é o retrato breve da administração pública, feito por quem a conhece por dentro, a situação do sector privado também não é famosa, na óptica de Romeu Modesto, já que, até agora, em Cabo Verde, "o sector privado ainda não conseguiu ser vanguarda de nada", a "vanguarda efectiva" do país continua a ser o "sector empresarial do Estado". "As grandes empresas do país - Cabo Verde Telecom, ASA, TACV e NOSI, por

exemplo - continuam a ser os sectores que realmente dão as cartas entre nós e nelas o Estado continua a ter um papel preponderante", explica o entrevistado de A Semana.

Ainda assim, ressalva a mesma fonte, o problema de Cabo Verde neste momento nem sequer tem a ver com a dicotomia entre o público e o privado. "Não há incompatibilidades entre os dois sectores. O que é preciso é definir claramente as atribuições de cada um. Se as coisas são como são a nível do Estado, ainda estamos longe de ter um sector privado que consiga assumir, na plenitude, o papel de motor do desenvolvimento. Esta é que é a grande verdade", sublinha.

Romeu Modesto lamenta, outrossim, a perda contínua de eficiência que se vem verificando na administração pública, perda essa a que não está alheio o desinvestimento que esse sector vem sofrendo desde que foi eleito o mau da fita do desenvolvimento do país. "Na delimitação de fronteiras entre o público e o privado, é preciso saber quais são as funções que devem permanecer com o Estado e depois definir as estruturas necessárias. Como estão, as coisas não parecem nada bem", sugere o entrevistado de A Semana como forma de pôr os dois sectores a trabalharem de mãos dadas em prol do desenvolvimento nacional.

Para Óscar Santos, o sector privado cabo-verdiano pode ainda padecer de problemas mas o desenvolvimento do país passa obrigatoriamente por ele. "A função pública sabemos como funciona. A sua lógica não é a lógica de um país que se quer desenvolver, gasta muito e produz pouco. O único sector que produz riqueza é o privado, disso não devemos ter dúvida".

Santos salienta que o grande problema que continua a pôr-se em relação ao Estado é o da sua reforma, facto este que ganha hoje em dia uma grande relevância com a entrada em cena das novas tecnologias de informação. "Há vários estudos que apontam que o Estado ainda entrava o sector privado", refere, apontando a chamada governação electrónica como um dos meios possíveis de pôr a máquina do Estado ao serviço do cidadão e do desenvolvimento.

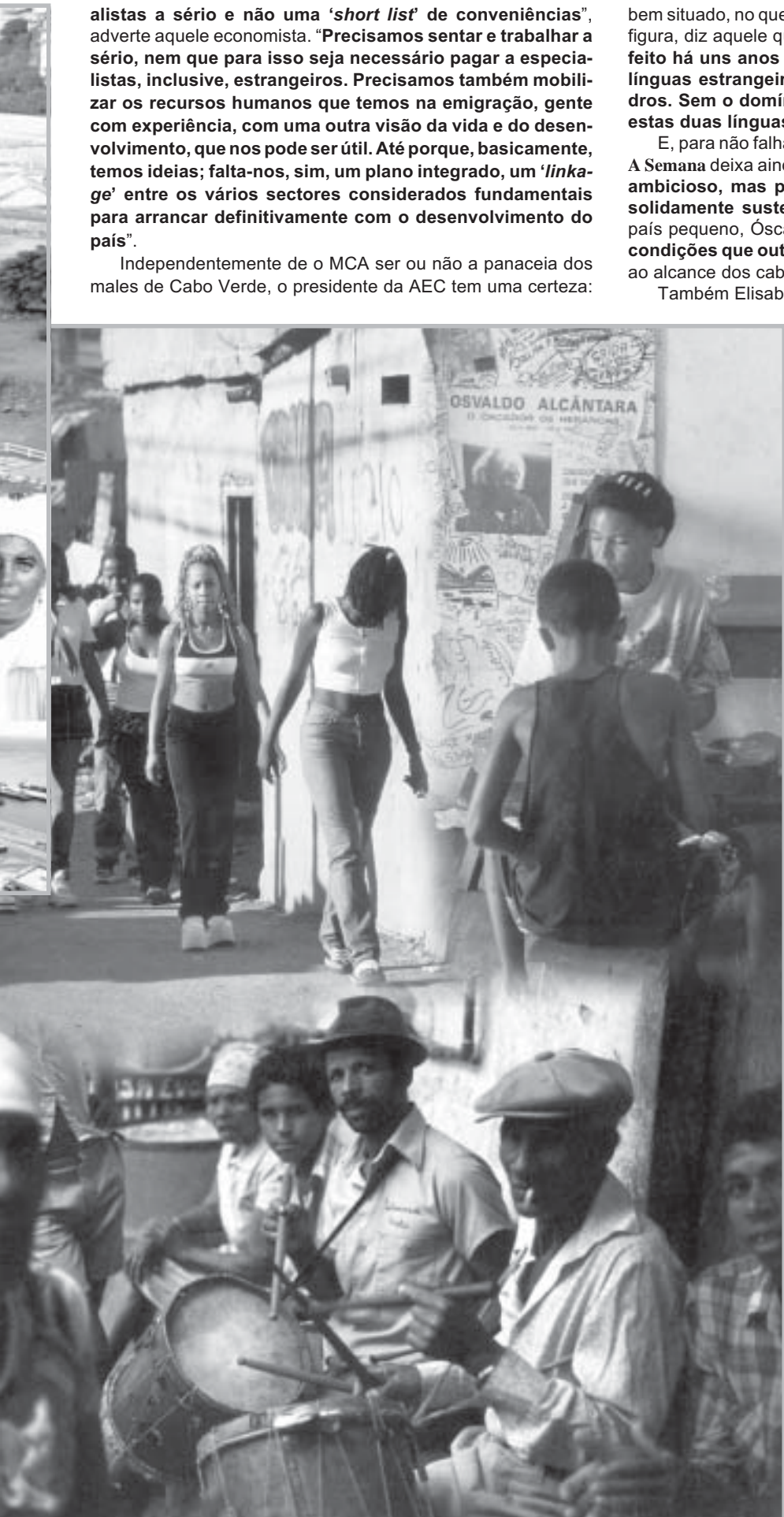
Se a economia, mais concretamente o sector privado, "é a mola de tudo", Luís Miguel Vasconcelos vê o MCA como uma oportunidade para os 16 países eleitos pelo programa encontrarem as chaves do seu progresso, já que mais do que a ajuda pública em si está-se diante de uma visão de auto-sustentação que até aqui faltava nas relações entre o Norte e o Sul.

Aquele empresário aponta o acesso ao crédito como o grande estrangulamento da economia cabo-verdiana, daí que a criação de uma sociedade de desenvolvimento e investimentos, que possa beneficiar dos fundos do MCA, como uma grande medida. Outra ideia-chave é a formação profissional. "Não será uma formação por formar, mas algo feito em função das necessidades do país", daí o papel que os técnicos médios poderão ter nesse processo.

O optimismo de Vasconcelos é visível, por entender que "todas as oportunidades devem ser vistas de uma forma optimista", ainda que falte a Cabo Verde um vasto caminho pela frente. "Não podemos ver o MCA como um dado adquirido. Estamos a falar de uma oportunidade que nos foi dada e que cabe a nós chegar lá. E, para isso, precisamos de um elevado grau de profissionalismo na maneira de fazer as coisas. O país precisa de uma grande capacidade de engajamento para que Cabo Verde consiga integrar a primeira caravana dos beneficiários dos fundos do MCA".

As ideias e as expectativas do sector privado, segundo o entrevistado de A Semana, são inúmeras e a classe empresarial vai continuar a dar os seus subsídios para que o governo consiga elaborar um bom programa. "Até aqui o desenvolvimento de Cabo Verde está centralizado na grande ilha, Santiago. O desenvolvimento do turismo no Sal encontra-se um pouco estagnado, e com um aeroporto internacional em São Vicente, esta ilha e Santo Antão podem vir a constituir-se num segundo pólo de desenvolvimento", sugere.

Independentemente do que cada sector defende para si próprio, Luís Miguel Vasconcelos salienta que esta é uma luta difícil, porquanto os demais 15 países seleccionados para o MCA também vão puxar a brasa para a sua sardinha. "Da nossa parte, os EUA têm de ficar convencidos que os investimentos que lhes vamos propor são importantes para a criação da riqueza e melhoria de vida dos cabo-verdianos. E não será por causa de nós, sector privado, que o processo de Cabo Verde se vai atrasar".



"Cabo Verde não pode falhar". Isto porque, com a sua saída em breve do grupo dos Países Menos Avançados, "esta é uma chance que não podemos desperdiçar". E, nesta corrida de fundo, os desafios são enormes, vão das infraestruturas à educação, por exemplo.

Aqui Óscar Santos chama a atenção para a qualidade do ensino cabo-verdiano. Se, em termos de taxas, Cabo Verde está



**JOSÉ BRITO, embaixador de Cabo Verde no**

# NÃO IR COM MUITO

*Cabo Verde não deve ir com demasiada sede ao pote, defende o seu embaixador nos EUA, José Brito, para quem o MCA não é a cura milagrosa dos problemas do país. Em vez disso, realismo, trabalho e seriedade são as palavras-chave que, no entender desse diplomata, poderão ajudar a abrir as portas para este arquipélago aceder aos desejados fundos do MCA.*

— | POR: JOSÉ VICENTE LOPES | —



**A**pós o anúncio de que Cabo Verde foi escolhido para integrar o grupo dos 16 países seleccionados para o MCA, o embaixador José Brito “**instalou-se**” por duas ou três semanas em Cabo Verde, para aqui “**desvendar**” os mistérios dos desafios do milénio, programa lançado pelos EUA para ajudar o desenvolvimento de um grupo específico de países, do qual este arquipélago faz parte.

Aquele diplomata, tido como elemento chave da vitória cabo-verdiana a nível do MCA, desdobrou-se em reuniões na Praia, no Mindelo e no Sal, numa agenda que quase não lhe deixava tempo para respirar. Ainda assim, ele acedeu falar para a **A Semana** abrindo o jogo que Cabo Verde pretende jogar na segunda fase desse concurso.

Cuidadoso nas palavras, José Brito diz com esta atitude não querer contribuir para qualquer mal-entendido em torno do MCA. A seu ver, este é um desafio

demasiado importante para o país e, nesta hora, os cabo-verdianos devem falar numa só voz, até porque Cabo Verde não está sozinho nesta corrida. Para já, o entrevistado deste jornal integra o grupo daqueles que defendem que o MCA não é a panaceia dos problemas de Cabo Verde. É, quando muito, “**um recurso suplementar importante de que o país não estava à espera**” e do qual, agora é preciso “**tirar o maior proveito**”, vai dizendo.

Realismo, trabalho e seriedade são, por isso, palavras utilizadas pelo entrevistado de **A Semana** para caracterizar a estratégia de Cabo Verde nesta fase do MCA. Também aqui José Brito deixa a entender que Cabo Verde não deve ir ao pote como um grande sedento. “**Podemos apresentar-nos com uma proposta realista, mas modesta, mostrando o que somos capazes de fazer, para num segundo momento, quando voltarmos a**

## “Peace Corps” à cabo

*Cabo Verde deve criar um organismo semelhante ao Peace Corps, organização norte-americana de voluntários do desenvolvimento, como forma de melhor aproveitar os seus recursos humanos na diáspora. A ideia de um Corpo da Paz para Cabo Verde é defendida pelo embaixador José Brito.*

José Brito entende que o modelo americano do Peace Corps pode ser uma fonte de inspiração para Cabo Verde mobilizar a boa vontade dos seus filhos na diáspora. Somente nos EUA este arquipélago possui uma vasta comunidade de gente formada e que vem perdendo os vínculos com o país natal por falta de um organismo capaz de mobilizar a disponibilidade cívica que potencialmente existe entre esses patrícos.

“**Estamos a perder pessoas formadas, que não nos custou a formar, gente de segunda e terceira geração, alguns já nem sequer falam crioulo por falta de contacto com o país de origem dos seus pais. Com um Peace Corps à cabo-**

**verdiana poderemos inverter essa situação**”, acredita aquele diplomata.

Além dos EUA, José Brito aponta vários outros países onde existem cabo-verdianos ou seus descendentes, que, mobilizados para este tipo de desígnio, poderão constituir uma importante mais-valia para o desenvolvimento nacional. Para todos os efeitos, é gente com outra experiência, outro modo de vida e que poderá constituir-se numa espécie de sangue novo ou mesmo num arejar de ideias da matriz cabo-verdiana, que são as ilhas de Cabo Verde.

Mas, para isso, defende o embaixador cabo-verdiano nos EUA, é necessário que o país deixe de ver os



os EUA

# TA SEDE AO POTE

pedir, todos saberem do que somos capazes de realizar”.

Em suma, no entender de Brito, Cabo Verde deve aproveitar esta oportunidade para, de uma vez por todas, dar o salto de que tanto precisa para garantir o seu desenvolvimento. “Se conseguirmos realizar muito daquilo que já temos identificado, as coisas vão mudar muito em Cabo Verde”, afirma.

E, para tal, salienta ainda o entrevistado de **A Semana**, o país não precisa criar nada de novo, nem tão-pouco cair na tentação de mais estudos sobre os problemas de Cabo Verde. “Por esta via as coisas bloqueiam num determinado sítio e não avançam”, afirma José Brito. “Por isso não vamos criar coisas novas, mas reformar ou melhorar o que já existe”.

Assim, a nível da formação profissional, por exemplo, a ideia é reforçar entidades como o Isecmar, o INAG, as escolas técnicas, como forma de melhor qualificar a mão-de-obra cabo-verdiana. Também a nível do programa de luta contra a pobreza, a ideia é aproveitar e desenvolver o que já vem sendo feito quer com o Banco Mundial, quer com a ACIDI — uma agência norte-americana que tem trabalhado com as associações comunitárias nos meios rurais.

Enfim, os desafios de Cabo Verde ainda são imensos, tendo em vista o muito que há por fazer, quer a nível do dia-a-dia dos cidadãos, quer da própria administração do Estado, esta entendida nas suas vertentes central e local, ou ainda do sector privado. Em relação ao primeiro, entende José Brito haver uma certa desmotivação, algo que passa também por uma ausência de lideranças fortes. “Há um mar de

gente desocupada e um número restrito de ocupados. Isto é obviamente mau”, sublinha. “A nível da administração pública, a questão da liderança é um desafio que temos de resolver. E nisto o INAG, enquanto centro de formação de quadros, pode ter um papel importante”.

Sobre o sector privado José Brito entende que não basta dar dinheiro para o empresariado nacional deixar de ter problemas. “O desenvolvimento do sector privado é uma questão complexa. Com juros a 14%, por exemplo, não é possível viabilizar investimentos em Cabo Verde. Mas o problema não é só isto. É a própria capacidade do sector privado que tem de ser redimensionada. Também aqui vamos aproveitar o que existe e ver quais são as saídas”.

Cabo Verde, no entender do seu embaixador em Washington, precisa ver que nichos de mercado pode ocupar no mundo, nem que para isso tenha de contratar especialistas estrangeiros que o ajudem nesse desafio. José Brito aponta o exemplo do Ruanda, que exportava cerca de 10 milhões de dólares/ano de café. Através de uma empresa de consultoria e **marketing**, passou a explorar e a exportar um determinado tipo de café. “De 10 milhões de dólares/ano, hoje o Ruanda exporta 200 milhões de dólares”, diz Brito.

Outro exemplo é a Jamaica, que elegeu a música (reggae) e o turismo como os seus dois principais produtos. Também Cabo Verde pode experimentar o mesmo caminho. “A Jamaica tem o Bob Marley, nós temos a Cesária Évora. Muita gente visita a Jamaica para reencontrar as raí-

zes do reggae. Nós temos uma diversidade musical muito mais rica que a Jamaica. Portanto, é preciso promover a nossa música como produto de exportação, nomeadamente através de festivais e outras tantas iniciativas. Isto é algo que está ao nosso alcance”.

Mas as potencialidades de Cabo Verde no mundo da globalização não ficam por aqui. Segundo José Brito, o país poderá funcionar como “porto seguro” de partida de produtos a serem exportados para os EUA. “Com o 11 de Setembro, a segurança tornou-se um elemento chave nas relações dos EUA com o mundo. Graças aos esforços que vimos desenvolvendo, os nossos aeroportos passaram a ter Categoria Um. Precisamos agora de fazer o mesmo em relação aos nossos portos. Hoje em dia, com a carta branca da IMO, todos os navios são dotados de um GPS, se tivermos um serviço de radar é possível controlar todas as embarcações que operam nesta zona, por exemplo”.

Enfim, as possibilidades de Cabo Verde não são poucas, deixa entender José Brito. Por isso, lançado o desafio do MCA, cabe agora a cada um dos 16 países formular as suas propostas e esperar pelos resultados da apreciação que o MCC irá submeter a cada projecto. “A nossa ideia é apresentar o mais rápido possível o nosso programa”, diz aquele diplomata. Tanto mais que dentro de poucos dias o Conselho de Ministros terá sobre a mesa o **draft** elaborado pelo grupo de trabalho coordenado por Brito para decidir o que fazer. Depois disso é preparar-se para o pior e esperar o melhor. Assim dizia Amílcar Cabral.

## PARABÉNS A VOCÊ

Cabo Verde faz, na próxima segunda-feira, mais um aniversário da independência. E, este ano, com muitas razões para comemorar, já que recebeu importantes presentes antes mesmo da festa. Primeiro foi o anúncio de que já não é dos mais pobres países do mundo, uma notícia, na verdade, mal recebida por alguns, que preferem, por acharem mais segura, a política do pires na mão, nem que seja só para garantir a festa de aniversário e, depois, não fazer mais festa alguma. Depois veio um outro presente, desses colocados em grande pacote, com direito a laço de fita vermelha e tudo o mais: a escolha para o primeiro pelotão dos países integrados no Millennium Challenge, o tal plano Marshall de George Bush para os países em vias de desenvolvimento.

As duas prendas são resultado do bom comportamento, verificado ao longo dos anos, do aniversariante. Mas se é verdade que o país caminhou, como deve ser, para atingir esses dois importantes objectivos, resta agora saber se saindo da contabilidade, dos gráficos, da aritmética e da legislação que tanto agrada a quem tem apoiado o país desde a independência, se o povo, no seu todo, está mesmo preparado para caminhar, com passos seguros, nesta nova fase da vida do país. Sem querer desvalorizar ninguém, sobretudo num país que se tem diferenciado dos seus vizinhos, pela aposta na formação, eu tenho ca as minhas dúvidas. E são elas, as minhas dúvidas, que eu quero dividir consigo, caro leitor.

Começo com uma pergunta: Cabo Verde tem quadros, em quantidade, realmente capacitados para esta nova realidade na qual está a integrar? Mas aí, você, leitor, pode responder com uma outra pergunta: Tíhamos quadros para começar a construir um país por altura da independência? É verdade que esta questão também se põe, mas na altura, devido ao estágio de (sub) desenvolvimento destas ilhas, as exigências eram outras. Com boa vontade e um mínimo de noção pode-se construir uma casa mas isso não é suficiente para se construir um edifício. Neste caso é necessária técnica, resultado de uma boa formação.

Okay, vou deixar de dar a volta para entrar directamente no assunto. Isso porque, palavras oficiais à parte, ditas durante encontros, visitas e consultorias ao pé do ouvido, alguns visitantes estrangeiros têm-se mostrado surpreendidos, pela negativa, com a qualidade dos técnicos nacionais. Para ser mais claros, dizem esses nossos amigos do desenvolvimento que vêm de fora, que os técnicos capazes, determinados e actualizados com o seu tempo, são poucos. Há quem mesmo, entre os nossos parceiros da CPLP, que depois de tanta propaganda da qualidade dos cabo-verdianos lá fora, se sintam de certa forma frustrado depois dos contactos que tem aqui.

É verdade que nunca se tinha falado abertamente disso. Mas, quando falamos que a educação vai mal, que saem das escolas crianças primárias que mal sabem ler, e alunos do secundário com dificuldades várias que, depois, encontramos a seguirem curso superior, não seria de surpreender que estamos a formar técnicos, futuros dirigentes do país, sem qualidade para os velhos desafios, quanto mais para os novos. E nessa nova realidade questões como o domínio da língua, da informática, do planeamento, da realidade global são um cartão de visita para qualquer um que queira impor-se no mundo do trabalho e, com isso, impulsionar o desenvolvimento do seu país.

Se acha que estou a exagerar, caro leitor, experimente só fazer uma lista dos técnicos que realmente contam - aqueles que sabem expressar-se, oralmente e através da escrita e com capacidade de resposta - sobre temas da sua área de formação. Já fizemos isso, muitas vezes, no jornal **A Semana**, sobretudo no fim de ano quando é necessário fazer, em poucas palavras, a análise do ano findo em diferentes sectores. Garanto-lhe caro leitor, a tarefa não tem sido fácil. E que, contrariamente ao que temos acreditado, talvez por força de um exercício de repetição, Cabo Verde não tem muitos quadros nas mais diferentes áreas. E dos poucos, os que realmente contam e marcam presença na realidade nacional, contam-se nos dedos de uma mão.

Trago essa questão à baila, na certeza de que muitos vão sentir ofendidos. Mas sou daquelas que acho que não se muda nada, quanto mais um país, a passar as mãos na cabeça das pessoas. Com o país a fazer 29 anos de vida, com novos desafios pela frente, é hora de pensar a sério na capacitação profissional de todos nós e não só dos quadros superiores. Se não se pensar nisso, realmente a sério, corremos o risco de depois de entrar no grupo dos Países de Desenvolvimento Médio, sermos logo depois desclassificados.

Marilene Pereira

## o-verdiana

seus emigrantes apenas como uma fonte de remessas e procure outras formas de os envolver na vida destas ilhas. “Se formos capazes de criar um relacionamento são com essas pessoas, isso será muito bom para Cabo Verde”, conclui José Brito.

O Peace Corps foi criado aos EUA nos anos 60 pelo então presidente John F. Kennedy. Virada inicialmente para a América Latina, esta foi a via encontrada por Washington para ajudar os seus aliados regionais a debelar alguns dos problemas que encontravam na luta pelo progresso.

Organismo afecto ao Departamento de Estado, sendo por isso presidido pelo secretário Collin Powell, o PC é constituído por cidadãos jovens e adultos,

ou mesmo da terceira idade, estudantes ou quadros, que prestam um trabalho fundamentalmente cívico, cobrindo os mais variados domínios humanos, em diferentes lugares do mundo, recebendo como salário um “subsídio de sobrevivência”, do Estado Americano enquanto o país hóspede assegura-lhes a residência.

Virado inicialmente para a América Latina, o PC hoje está instalado em várias partes do globo, inclusive em Cabo Verde, onde se encontra desde os anos 80. Aqui os elementos do PC colaboram no ensino, nomeadamente da língua inglesa, e noutras áreas em que este país padece de recursos humanos.

AUGUSTO NASCIMENTO, autor de "O sul da diáspora"



# "O cabo-verdiano em São

O português Augusto Nascimento é tido, presentemente, como o investigador que mais conhece a história dos cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe. Autor do livro "O sul da diáspora", publicado recentemente pela Presidência da República de Cabo Verde, ele contesta a tese da "emigração forçada" para aquele país do equador ao mesmo tempo que salienta que os cabo-verdianos foram, por duas vezes, vítimas da história em STP. Em 1975, aquando da independência, e depois nos anos 90, quando lhes foi retirado o direito ao voto pelos adversários do MLSTP. Envelhecidos e marginalizados, aos cabo-verdianos de STP hoje só resta o orgulho de serem cabo-verdianos.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES

**A** Semana - A partir de que ano é que a emigração para STP muda de feição?

Augusto Nascimento - A partir dos anos 60, com as mudanças políticas que ocorrem em África e em Portugal. As várias mudanças, em termos de política de mão-de-obra, foram permitindo aos cabo-verdianos ter um outro estatuto. Surgiram regalias que contribuíram para que as pessoas, no fim dos seus contratos, tenham preferido ficar em STP. Por isso, não faz sentido falar que nos últimos anos do colonialismo houvesse uma emigração forçada. Houve cabo-verdianos que chegaram a vir a Cabo Verde e passados alguns meses voltaram para STP.

- O fluxo migratório para STP cai a partir de quando?

- O fluxo para STP começou a sofrer com a emigração para Angola. Há casos de cabo-verdianos que vão para STP e percebem que de lá podem ir para Angola. No fundo, isso acontece em função do jogo do mercado. Angola tornou-se mais apetível.

- Antes de proseguirmos, satisfaça-me esta curiosidade: o seu interesse por esta temática surge como?

- O meu interesse pelos cabo-verdianos surgiu quando em STP, a estudar o século XIX desse país, cheguei ao século XX e deparei-me com a presença cabo-verdiana. Além disso, havia todo um conjunto de aceções que me foram possíveis do facto de eu ter vivido em STP. Os cabo-verdianos têm, por exemplo, claramente uma consciência de espoliados, neste momento, mais até dos santomenses do que do colonialismo português, embora alguns digam que o Estado português é que os deixou na situação em que hoje se encontram. Mas, fora isso, eles queixam-se de serem espoliados pelos santomenses por uma razão simples.

Os santomenses substituíram os brancos na titularidade e no usufruto da chefia das roças, sendo que não tinham nem competência técnica nem apetência para isso, com o agravante de que quem trabalhava as terras eram os cabo-verdianos. E, finalmente, à medida que entram num processo de perda

social, os cabo-verdianos passam a ter uma visão de desespero da sua situação. Isso leva-os a dizer: enganámo-nos a nós próprios porque na altura em que nos devíamos ter ido embora não fomos, é a nossa sorte, foi Deus quem quis assim, etc. Mas o sentimento de espoliação, esse, existe, não tenho a mínima dúvida.

- O cabo-verdiano, em STP, vive num gueto?

- Não. Eles vivem, sim, num mundo de relativa marginalidade. Hoje, contradizendo a fraternidade política, baseada na afinidade racial que existiu por altura da independência, foi-lhes retirado o direito de voto aquando da liberalização política, o que é, do meu ponto de vista, extremamente significativo.

- Porquê?

- Por várias razões, e devo dizer que nem toda a gente, em STP, subscreveu isso. Por exemplo, Alda do Espírito Santo (poeta e dirigente do MLSTP) disse-me claramente que é uma injustiça o que fizeram aos cabo-verdianos. Porque, segundo ela, são pessoas que sempre viveram em STP, trabalharam, deram o melhor delas. Mas a verdade é que essa posição não vingou.

É preciso ver que a alteração da lei é feita por indivíduos que chegaram ao poder, através da liberalização política, contra o Pinto da Costa e o MLSTP. Temendo a afinidade que existe entre o MLSTP e o PAIGC/CV, os novos governantes santomenses retiraram o direito ao voto aos cabo-verdianos.

- Isso aconteceu numa altura em que o PCD e o Miguel Trovoada estavam no poder.

- Sim. Mas, na verdade, há dois momentos de engano dos cabo-verdianos. O primeiro aconteceu, em 1975, com a independência, com o discurso vamos arredar o branco e tomar conta da riqueza, porque isto é que é justo. Esse clima de exaltação não permitia que houvesse muita lucidez para evitar que, no fim de tudo, os cabo-verdianos ficassem na mesma ou pior. Depois, com a liberalização, houve uma manobra política no sentido de arredar os cabo-verdianos do poder, por causa da sua suposta afinidade com o MLSTP. As pessoas que chegam ao poder desconfiavam dessa afectividade e dessa afinidade.

- À partida o voto cabo-verdiano em STP era pró-MLSTP?

- Poderia ser, pois nem todas as eleições têm corroborado essa ideia. Mas isso é sinal das mutações que vão tendo lugar

dentro da comunidade cabo-verdiana.

- Mas, de qualquer forma, a desconfiança da classe política santomense partia desse pressuposto ou não?

- Sim. Um outro pressuposto é que, em tese, há sempre uma possibilidade de afirmação de carácter étnico dos cabo-verdianos.

- Porquê?

- Imagine se alguém se apresenta com a intenção de criar um partido sendo cabo-verdiano ou sendo de ascendência cabo-verdiana. Ele escusa de dizer seja o que for para ter o voto dos cabo-verdianos.

- No fundo, a classe política santomense teme os cabo-verdianos?

- Neste momento já não. Os cabo-verdianos foram tão empurrados para a marginalidade que a sua capacidade de acção, mobilização e articulação é hoje muito diluída. Mas este raciocínio não seria tão verdadeiro há 10 anos atrás, por exemplo. Hoje, com a comunidade muito empobrecida e muito idosa, ela já não constitui um perigo. Isto não significa no entanto que, de repente, não surja um movimento qualquer que torne incómoda a questão cabo-verdiana em STP. Quanto mais não seja como uma interpelação.

- Para todos os efeitos são seres humanos que precisam mudar o seu modo de vida.

- Radicalmente. São pessoas que deram imenso a STP, até aqui há quem interpele a responsabilidade do Estado português neste processo. Juridicamente acho muito complicado...

- Mas do ponto de vista moral?

- Quando Portugal concedeu a soberania a STP, foi possibilitado aos cabo-verdianos sair. Há um número significativo que foi para Lisboa. Ainda hoje, mesmo tendo nascido em STP, eles não se apresentam como santomenses, mas como cabo-verdianos.

Os compromissos sociais aparentemente estavam todos garantidos. O governo português terá deixado os descontos que se fazia para a repatriação, previdência, etc., em STP. Há que perguntar ao Estado de STP o que foi feito aos fundos dos trabalhadores. Estes descontavam para um cofre no qual, por lei, ninguém podia mexer. Aliás, dou-lhe este exemplo: nos últimos anos do colonialismo, por razões financeiras, um secretário de Estado foi a STP para fazer uma operação financeira com os depósitos dos cabo-verdianos e as autoridades em STP, mais concretamente um director das finanças, disse: "Vocês não podem tocar nesse dinheiro". O tal secretário de Estado voltou para Lisboa sem tocar no dinheiro dos cabo-verdianos. Portanto, esse dinheiro existia. Agora é preciso perguntar ao governo de STP o que é que se fez aos fundos, que eram depositados no Banco Nacional Ultramarino.



# Tomé sente-se espoliado

no, tendo em linha de conta o que diz o direito internacional para situações do género.

Mas os problemas dos cabo-verdianos não é só isso. É o problema da propriedade das terras, da comercialização do pouco que se produz, etc., porque não há em STP uma mercantilização da vida, nem sequer há a possibilidade de uma acumulação que permita, depois, um enriquecimento das pessoas. É tudo completamente diferente de Cabo Verde, o que é um paradoxo, como é que um país pobre e seco como este consegue produzir e ter um mercado que funciona normalmente, enquanto em STP, onde a natureza dá tudo, nada disso acontece.

**- Pelo que diz, os interesses dos cabo-verdianos não foram devidamente zelados em STP, de 1975 a esta parte. É isso?**

- Nisto, devo dizer, nem sou muito original. Há uma tese de Pablo Eyzaguirre, que estudou questões como a emergência da pequena agricultura de forma clandestina, segundo a qual os santomenses substituíram os europeus à testa das roças como que se resarcindo da expropriação das terras durante o colonialismo e por via da expropriação. Sob a capa de que com a independência a terra tornava-se de todos, eles tornaram-se donos do usufruto das vantagens por estarem à testa das roças.

Evidentemente que uma outra política de distribuição de terras logo em 1975 teria levado a uma outra configuração social. E qual era o problema do MLSTP? É que quando se entra neste tipo de processo, distribuindo terras e abrindo caminho à diferenciação social, abre-se caminho a uma incógnita política. Ninguém sabe o que é que a pulsão para o mercado pode fazer do ponto de vista político. Das várias soluções identificadas, o MLSTP afunilou para a nacionalização porque este era, no fundo, o caminho para levar a sociedade a um certo monolitismo.

Esta não era uma equação que visava lesar deliberadamente os cabo-verdianos, mas, por razões que tinham a ver com a sustentação do poder, optou-se por aquele sistema da exploração das roças, que acabou por ser prejudicial aos cabo-verdianos.

**- A afinidade entre o PAIGC e o MLSTP foi, ao fim e ao cabo, nociva para os cabo-verdianos em STP?**

- Penso que isso foi pouco importante. O que era importante, para o imaginário criado e que irrompeu em 1975, é que se tratavam de partidos-irmãos e todos éramos irmãos. É este factor apaixonado e irracional que faz com que não haja a mínima lucidez para avaliar o que vai resultar desta ou daquela escolha política. Mas também faltou aos cabo-verdianos articulação política porque estavam em terra estranha. Este é um processo semelhante vivido noutras paragens em 1975.

**- Pelo que vejo também há uma falta de liderança dos cabo-verdianos em STP. Concorda?**

- Sim, e isso para mim é claro. E decorre do próprio fenómeno da mão-de-obra expatriada. Há a tendência por parte das pessoas nessa condição a se acomodarem à situação prevalente, sendo que uma maneira de recusar essa situação é pegar nas coisas e ir embora. No caso dos cabo-verdianos, houve primeiro uma situação colonial e depois outra, pós-colonial, e quer numa quer noutra, ela não proporcionou o aparecimento de nenhuma liderança política. Além disso, as relações mesmo entre os dois estados foi superficial, não pesou muito...

**- Talvez tenha faltado, aqui em Cabo Verde, uma percepção do que se estava a passar em STP em relação aos cabo-verdianos...**

- Percepção eu acho que houve.

**- É que mesmo no pós-independência houve vagas de pessoas que retornaram a Cabo Verde por insatisfação de lá estarem, mas ao mesmo tempo houve um esforço de**

**manter esses cabo-verdianos em STP.**

- Por razões simples de entender. Tratava-se de uma massa de gente cuja inserção em Cabo Verde seria extremamente problemática. Por outro lado, da parte de STP, havia a preocupação de manter os cabo-verdianos no país porque eles eram uma mão-de-obra necessária. Essas duas contingências terão levado as autoridades cabo-verdianas a não adoptar uma posição com mais consequência, do ponto de vista de resultados na vida dos seus cidadãos em STP.

**- Do que conhece dos cabo-verdianos em STP, quais são as perspectivas deles neste momento?**

- Não são nada boas. Há dois sectores. Há uma parte que vai morrendo triste e amargurada, mas com muita dignidade, com o facto de não poder voltar a ver Cabo Verde, por ter perdido as relações familiares, etc. E, como se trata de pessoas idosas, o desânimo delas como que ajuda a cavar ainda mais a pobreza em que estão mergulhadas. Sentem-se vítimas das escolhas que fizeram. Como consolo, assumem-se como cabo-verdianos até para se demarcarem dos santomenses.

Mas antes de passar para o outro grupo permita que lhe diga: não se diabolize os governantes de STP. A perda social foi para toda a gente. Evidentemente que essa perda é mais sentida para quem está por baixo, mas, de um modo geral, ela foi para toda a gente e foi brutal.

Voltando ao outro grupo de cabo-verdianos, aos novos. Eles têm algum dinamismo, mas não têm apetência para trabalhar a terra... Se houvesse uma configuração económica mais propícia a receber os produtos da terra, provavelmente a agricultura poderia ser mais atractiva para eles. Mas é um grupo que pouco a pouco se vai diluindo na sociedade santomense.

**- Isso contraria a tese de que os cabo-verdianos se recusam a penetrar no tecido social e político de STP.**

- Há comportamentos da parte da comunidade cabo-verdiana de clara demarcação social. Há como que um permanente lembrar "eu sou cabo-verdiano!" Mas isso acontece em reacção às dificuldades de ascensão social que ele vai sentindo no dia a dia. Sabe-se que no Príncipe, por exemplo, a maioria da população é cabo-verdiana, são eles que trabalham a terra, no entanto, as roças não são geridas por eles, salvo uma ou outra excepção. Portanto, se há certas barreiras porque são cabo-verdianos, as pessoas resolveram assumir frontalmente a sua caboverdianidade. "Se antes nós trabalhávamos as roças, se isto era tão bonito, e estes tipos levaram isto tudo à falência, são eles os culpados, nós não temos nada a ver com isso", é o que dizem.

Esta afirmação de identidade, comportando um juízo acerca do que se passou, não significa todavia que os cabo-verdianos não queiram ou não sejam capazes de uma integração. O que há são mecanismos, invisíveis e imperceptíveis, que não fazem lei, mas que barram, na prática, a ascensão social deles. São mecanismos que existem em toda a parte e que servem, muitas vezes, para afastar concorrentes sociais e políticos, e não seria muito cándido imaginar que STP é excepção. Foram todos cándidos, sim, em 1975. Mas, visto hoje, quem é que poderia imaginar que um dia as coisas seriam diferentes? Os próprios santomenses chegaram a me dizer: "Nós julgávamos que íamos ser uma Suíça em África". Viu-se.

**- Agora com o petróleo, pode ser que as coisas mudem.**

- Não sei. Olhe que não sei.



**Há uma parte que vai morrendo triste e amargurada, mas com muita dignidade, com o facto de não poder voltar a ver Cabo Verde, por ter perdido as relações familiares, etc. E, como se trata de pessoas idosas, o desânimo delas como que ajuda a cavar ainda mais a pobreza em que estão mergulhadas.**

MAPUTO



## Lar doce lar

Por: MARILENE PEREIRA

**N**a semana passada estive em Moçambique para a cobertura jornalística da cimeira do grupo ACP. Para além do programa oficial, tinha agendadas visitas à comunidade cabo-verdiana em Maputo. Na bagagem as informações de ser esta comunidade do Índico, esse belo oceano que atrai pela sua calma, considerada uma das mais pobres da diáspora cabo-verdiana.

Entretanto, a chegada a Maputo, e o circuito inicial por onde passei, onde mansões cinematográficas desafiavam a geografia por um direito de terem vista para o mar, fizeram-me, por algum tempo, esquecer que a capital moçambicana é, também, uma terra de contrastes. Mas o esquecimento inicial foi assaltado pela dura realidade nos meus dois últimos dias na cidade, precisamente quando cheguei a Mafalala.

Bairro "onde nasceu o presidente Machel, o presidente Chissano e os melhores artistas do país", entre eles o poeta José Craveirinha, segundo palavras de um condutor de táxi com quem andei a trocar conversa, a Mafalala, sobretudo na zona que fica mais próxima do centro da cidade, é o lugar onde a indignidade humana começa. É verdade que pobreza também existe em Cabo Verde, mas pobreza molhada por todo o tipo de dejectos que sai dos casebres que formam o extenso bairro de lata dá à indignidade uma imagem dantesca.

Os acessos fazem-se entre becos, num saltar de poças cujo cheiro deixa revirado o estômago da minha guia, ossos do ofício, e dentro de grande parte daquilo a que chamam de casa vê-se uma extensão da imagem exterior. Tudo agravado pelo facto de os casebres terem janelas que nunca são abertas, para não se aumentar o risco de perder o pouco que se tem nas mãos de centenas de desempregados que habitam o local e procuram qualquer forma de sobreviver.

Aqui morre-se de paludismo, como o caso da filha de uma senhora cabo-verdiana, que morreu este ano deixando dois filhos; morre-se de diarreia e, sobretudo, vai-se morrendo de tristeza todos os dias, por se constatar, a cada minuto, que tantos anos de luta, depois de deixar a terra natal, não valeram a pena. E aqui lembro-me do rosto de sr. Djom Djom, de 84 anos, natural da Praia, que construiu a sua casita numa zona pantanosa e, por força da pobreza, é obrigado a viver literalmente dentro da água o ano inteiro.

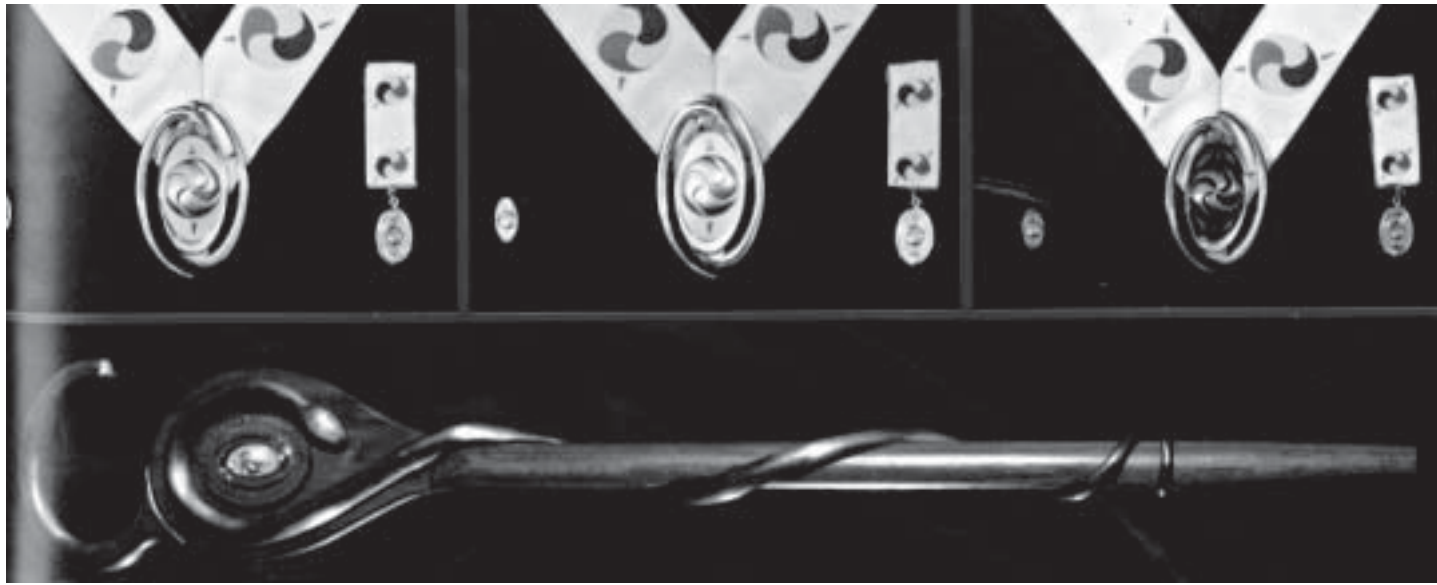
A imagem fez o meu amigo Manuel Roberto a segurar as lágrimas tal como eu, a sair com esta exclamação: "Vejam só como é a vida, saiu de Cabo Verde por causa da seca e agora é obrigado a viver dentro da água". O facto de Djom Djom e de tantos outros cabo-verdianos de Maputo viverem assim, e maltratados mais ainda por uma enorme saudade da terra, faz com que a pobreza vá sendo transmitida, de filhos para netos, sem grandes chances de viverem melhor, de estudar, enfim, de conseguirem sair do ciclo vicioso da pobreza.

Mas, ainda em Maputo, só que num outro bairro, distante cerca de 40 minutos do centro da cidade, por estradas arenosas, a cena é totalmente diferente. Fruto de iniciativas privadas, um grupo de mulheres cabo-verdianas, todas viúvas, ganharam alguma coisa que se pode chamar, realmente, lar doce lar. Nada de luxo, apenas um quarto de dormir, uma sala, um pequeno espaço para a cozinha e uma casa de banho, imagine, com sanita.

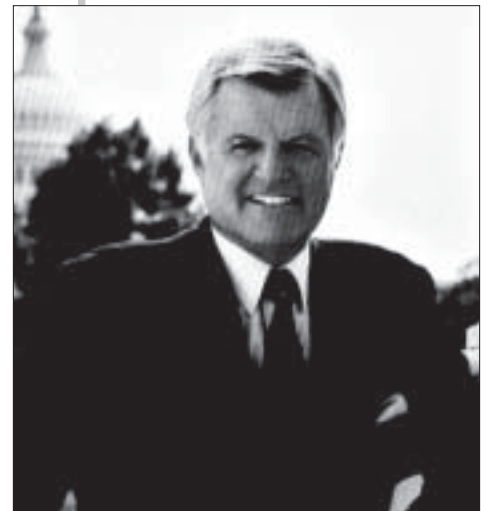
A simples mudança de cenário foi para as habitantes, a mais nova com 44 anos e já numa fase avançada da Sida, motivo suficiente para uma mudança de postura. Alegres, sorridentes, com saudades da terra natal sim, mas sem sofrimento. As casas onde pela primeira vez em décadas de vida têm direito a uma cama com colchão e uma mesa com quatro cadeiras, estão, contrariamente à maioria dos casebres de Mafalala, imaculadamente limpas e sempre abertas ao sol e para a vida entrar. E, a enriquecer o cenário, todas elas têm uma machamba - um espaço para cultivar.

Aqui pude entender o que uma pequena casa, que custou a cada uma 150 mil escudos (!), pode fazer na vida de uma pessoa. Significa mais dignidade, mais saúde - já que com a casa vêm luxos como a sanita e água de boa qualidade - mais riqueza, num espaço onde podem produzir quase tudo, enfim, mais felicidade e vontade de viver. Nesse lugar cujo luxo existente é do estilo franciscano, não ouvi a palavra "a mi é coitado". Nem da mais jovem delas, que sabe que vai morrer de Sida. Pedido ao visitante? Apenas o de uma das viúvas: "Quando chegar a Cabo Verde, mande-me favonas que é para eu plantar aqui na minha machamba".





## SENADOR KENNEDY FELICITA COMUNIDADE



INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

À semelhança dos anos anteriores, o Senador Edward Kennedy enviou a sua tradicional mensagem à comunidade cabo-verdiana por ocasião da celebração de mais um aniversário da Independência de Cabo Verde.

“Apresento os meus calorosos parabéns a todo o povo cabo-verdiano por ocasião da celebração do seu dia de Independência. A democracia é uma grande dádiva e congratulo-vos pelos 29 anos de representação democrática”, **sublinha o senador Kennedy desejando que o próximo ano seja mais uma pedra milenar na senda de sucessos e na consolidação de conquistas do passado.**

**Bob Kennedy compromete-se a trabalhar de perto com a comunidade cabo-verdiana nos anos vindouros.**

Para além de ser um defensor dos interesses de Cabo Verde e do seu povo, os Kennedy são uma família que há muito vem mantendo uma tradicional e forte ligação com os imigrantes cabo-verdianos, particularmente na região de Cape Cod, onde alguns dos primeiros crioulos deram início à odisseia americana.

A Independência de Cabo Verde é celebrada um pouco por todos os Estados Unidos, nomeadamente em Boston e Providence onde se realizam festivais todos os anos reunindo milhares de pessoas para assistirem à actuação de vários artistas e conjuntos, grupos de dança e apreciarem a culinária cabo-verdiana bem como a exposição de artesanato e diversos aspectos culturais do arquipélago.

Em Boston, no dia 4 de Julho que coincide com o dia da Independência dos Estados Unidos, vão estar, este ano, Zeca de Nha Reinalda e Maria de Barros, entre outros artistas.

Valdir Alves [valdircv@hotmail.com]

Amílcar Cabral foi uma das várias personalidades africanas, latino-americanas e europeias homenageadas, há dias, pela África do Sul. Isto no ano em que aquela figura da história contemporânea de África completaria 80 anos, se vivo. E também numa altura em que se encontram a todo o vapor os preparativos do Simpósio Internacional Amílcar Cabral, a ter lugar em Setembro, na Praia.

# África do Sul homenageia AMÍLCAR CABRAL

Amílcar Cabral, fundador do PAIGC e figura central da luta pela independência de Cabo Verde e Guiné, é uma das 47 individualidades que o Estado sul-africano decidiu homenagear, este ano, por ocasião do Dia da Juventude da África do Sul, que se comemora a 16 de Junho, em tributo aos mártires do massacre do Soweto. Uma cerimónia que foi presidida pelo chefe de Estado daquele país, Thabo Mbeki.

Além de Cabral, também foram distinguidos Agostinho Neto (Angola) e Eduardo Mondlane (Moçambique) com a Ordem Companheiros de Oliver Tambo, líder do ANC durante o tempo em que Nelson Mandela esteve preso.

Kwame N’Krumah (Gana), Patrice Lumumba (Congo) e Ben Bella (Argélia), este o único sobrevivente, foram também distinguidos na mesma cerimónia, ao lado de outros combatentes e amigos da causa sul-africana e da liberdade dos povos de África. É assim que Salvador Allende (Chile) e Michael Manley (Jamaica) foram este ano homenageados, na senda de Olof Palme (Suécia), Mahatma Gandhi (Índia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), entre outros, condecorados no ano passado.

Ana Maria Cabral, que se fez acompanhar à África do Sul pela filha Indira, recebeu das mãos de Thabo Mbeki o diploma e o símbolo que representam a Ordem Companheiros de Oliver Tambo, uma bengala de madeira trabalhada que tem incrustada uma medalha em ouro (foto). **“Foi tudo muito bem organizado, numa cerimónia muito linda e comovente. De tão emocionante, muitos dos presentes ficaram com lágrimas nos olhos”,** recorda a viúva de Cabral.

Depois da cerimónia, que se prolongou ao longo de toda a manhã de 16 de Junho, Ana Maria Cabral foi ainda distinguida por

um outro gesto do presidente Mbeki, que lhe reservou um lugar de honra na sua mesa durante o almoço oferecido aos convidados, ao lado das viúvas de Mondlane e de Lumumba, e do tanzaniano Salim Ahmed Salim, ex-presidente da OUA, também homenageado pelo Estado sul-africano este ano.

**“Para mim, tudo isso foi um gesto bonito. Tantos anos depois, haver quem se lembre de N’Krumah, Lumumba, Cabral e outros, quando quase já ninguém se lembra deles”,** afirma Ana Maria Cabral, que se recusou, entretanto, a comentar as afirmações recentes do presidente do MpD, Agostinho Lopes, acerca de Amílcar Cabral **“não é o pai da independência”** de Cabo Verde. **“Prefiro não fazê-lo. Isto serviria apenas para dar importância a algo que não tem valor”.**

### SIMPÓSIO

Entretanto, continuam sobre os trilhos os preparativos do Simpósio Internacional Amílcar Cabral, marcado para a segunda semana de Setembro, e que visa assinalar os 80 anos do nascimento dessa figura da história de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

Segundo Carlos Reis, da organização do evento, continuam a **“pingar”** as confirmações de participação e apoios a esta iniciativa, para a qual são esperados mais de uma centena de participantes, muitos dos quais vindos do exterior. A Unesco, por exemplo, já fez saber que vai disponibilizar cerca de cinco mil contos para ajudar nas despesas e o Banco de Cabo Verde comprometeu-se a financiar um grande espectáculo marcado para o dia 12, e que servirá para fechar com chave de ouro as come-

morações dos 80 anos de Amílcar Cabral.

Das confirmações recentes, em termos de participação, é de se destacar a do egípcio Samir Amin, que vai presidir o terceiro painel do simpósio dedicado ao Desenvolvimento Económico de África, bem como a do ex-presidente do MpD e ex-primeiro-ministro, Carlos Veiga, que integra a Comissão de Honra do Simpósio ao lado de outros estadistas e individualidades de renome internacional. **“O dr. Veiga já nos informou que pretende apresentar uma comunicação sobre Cabral”,** adianta Carlos Reis.

Além de conferências e palestras, espectáculos e outras iniciativas do tipo, a organização do Simpósio Amílcar Cabral espera que venham a ser lançadas por essa ocasião obras sobre o fundador do PAIGC ou que tenham, de alguma forma, a ver com questões afectas à história recente de Cabo Verde ou de África, de um modo geral. É assim que a editora Spleen vem envidando esforços no sentido de publicar dois livros: uma biografia de Amílcar Cabral, da autoria do angolano António Tomás, e uma recolha de entrevistas de José Vicente Lopes.

### BRITO SEMEDO E A IDENTIDADE NACIONAL

O investigador Manuel Brito Semedo, recém-nomeado director-executivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, anima hoje, no salão de banquetes da Assembleia Nacional, às 18h30, uma conferência sobre a construção da identidade nacional, tema da sua tese de doutoramento defendida no ano passado, em Portugal. A palestra integra-se no rol de actividades que a organização do Simpósio Amílcar Cabral pretende realizar até à data desse grande evento.